

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS	27. Fev. 1980		

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PROCESSO DE RATIFICAÇÃO DE DECRETOS ESTÁ A PREJUDICAR O TRABALHO DOS DEPUTADOS — comentou o reformador Medeiros Ferreira

Será por certo muito «badalada» a aguardada intervenção política de Medeiros Ferreira, que ontem despertou as atenções das diversas bancadas em S. Bento. O deputado reformador defendeu Eanes e, subtilmente, criticou a AD. Poder-se-á afirmar que foi o momento alto da sessão, juntamente com a unanimidade dos diversos partidos relativamente à atitude de contrariar um «veto» do presidente da República sobre um decreto-lei.

De facto, a Assembleia da República aprovou, pela segunda vez, por unanimidade, o decreto n.º 252/1 — Delimitação e coordenação da Administração Central, Regional e Local relativamente aos respectivos investimentos — projecto de lei n.º 297/1 — aprovado na reunião de 27 de Julho último.

ma que só por meras razões formais «não é já hoje texto de lei em vigor». Por isso, não apoia a introdução de alterações e modificações num texto «que, ainda há bem poucas semanas (em termos parlamentares), constituiu a base de um consenso de todos os partidos, um real progresso a favor da institucionalização do poder local».

Sousa Gomes reconheceu a existência de «áreas de melhoria possível e necessária. Mas é politicamente inaceitável que os partidos que votaram por unanimidade o decreto 252/1 introduzam agora alterações, formais que sejam, sem que isso não se possa traduzir, ou não possa significar, uma mudança no sentido de pôr em causa aquilo que teve aplauso de todos os partidos e que os eleitos autárquicos já consideram ser uma conquista adquirida a favor dos municípios».

Mais concretamente — salientou Sousa Gomes — «é indispensável eliminar, com a aprovação imediata do de-

creto em reapreço, as razões de desculpa para a não aplicação integral da lei das finanças locais».

● **«Alterações visam o adiamento» — declarou Veiga de Oliveira (PCP)**

As vicissitudes sofridas pelo decreto agora submetido a segunda votação foram amplamente analisadas por Veiga de Oliveira (PCP), que fez o historial do processo.

«O diploma cuja confirmação se discute — acrescentou — constituirá um marco importante na descentralização administrativa, na construção de um autêntico poder local, na resolução dos problemas das populações e na defesa e consolidação da democracia em Portugal».

Nesse sentido, aquele deputado do PCP alertou a Câmara para o facto da aprovação com introdução de emendas, «o que acarretará novo exame prévio de constitucionalidade e (por força dos prazos razoavelmente exigíveis) implicará um atraso de três a quatro meses, pelo menos, na publicação da lei».

«E isso porque — salientou — para além da substância (correcta ou errada) de alterações que viessem a ser introduzidas, o que certamente se obteria, nesse caso, era o adiamento por mais um ano da possibilidade de aplicar correctamente a Lei das Finanças Lo-

cais e de garantir a autonomia ao poder local».

Veiga de Oliveira recordou ainda as posições públicas expressadas pelos órgãos e representantes do PSD. «Para além dos esforços desenvolvidos pelo PSD para que fosse possível a aprovação do decreto, é importante referir o apoio e aplauso que, desde logo, se retirou da declaração de voto aqui produzida, após a votação pela deputada Helena Roseta. «Entusiasmo» e «esperança» são igualladas pela declaração de voto do CDS produzida pelo deputado Abreu Lima e secundada, aliás,

(CONTINUA NA 13.ª PÁGINA)

INATEL RECLAMA O SEU ESTATUTO

A Comissão de Trabalhadores do INATEL pediu ao Parlamento que proceda rapidamente à ratificação do decreto-lei referente ao estatuto daquele organismo.

O INATEL tem as suas verbas enquanto não for ratificado o referido decreto-lei — disse à ANOP Helena Cidade Moura (MDP/CDE).

Aquela deputada e outros parlamentares da Comissão de Trabalho da AR receberam ontem, em S. Bento, a CT do INATEL.

cuja promulgação foi vetada pelo presidente da República com base em parecer de inconstitucionalidades formais, referidas numa resolução do Conselho da Revolução.

Esse foi, aliás, o único dos três pontos do período da Ordem do Dia aprovado dentro do tempo regulamentar. No entanto, o PSD requereu, e a maioria dos deputados da AD (alguns dos quais tiveram de retomar à pressa os seus lugares no Parlamento) aprovou, o requerimento daquele partido que pedia o prorrogamento da sessão para cumprimento integral da ordem de trabalhos. Assim, pela noite fora, prolongou-se o debate do pedido de ratificação apresentado pelo PS, referente ao regime jurídico do contrato de arrendamento urbano e à discussão da proposta de lei que revoga a lei sobre a alienação ou oneração de bens das empresas nacionalizadas.

● **«É necessário eliminar desculpas para a não aplicação da Lei das Finanças Locais» — afirmou Sousa Gomes (PS)**

Ao requerer a apreciação do decreto 252/1, o PS expressou o seu apoio ao diplo-





DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS	27. FEV. 1980		

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

(CONTINUADO DA 2.ª PAG.)

pelas declarações de voto do PS e PCP.

PSD reconheceu o equívoco

Em nome do PSD, Manuel Pereira esclareceu a decisão adoptada quanto à proposta de alterações ao diploma. «Tomámos esta decisão com plena consciência da responsabilidade do alcance da nossa atitude que contraria aquilo que o partido decidiu aquando da votação inicial sobre o mesmo assunto, porque chegámos à conclusão, como aqui foi já acentuado, que o diploma não se encontra em condições para atingir os objectivos propostos. Sabemos bem quais os riscos políticos que corremos; já ouvimos acusações que nos são dirigidas, desde as que nos imputam propósitos de colocar entraves à Autonomia Local, até às que põem em questão a coerência e a lógica da nossa atitude».

«O PSD defende e defenderá sempre a Autonomia Local, mas entende por autonomia o poder de escolha ou de definição dos objectivos, dos fins e das prioridades, porque é isto que confere às populações a capacidade para determinarem o seu futuro e para escolherem o tipo de ambiente em que desejam viver».

Comissão «ad-hoc» estuda as propostas de alteração

Quanto às emendas propostas, aquele deputado social-democrata salientou as que respeitam à confirmação pelo Poder Central das deliberações tomadas pelas assembleias municipais que visam a declaração de «utilidade pública», para efeito de expropriação.

Assim, o PSD votou na generalidade o diploma esperando que as modificações propostas e as demais trazidas por outros grupos de deputados melhorarem o seu conteúdo.

No debate, Luís Coimbra (PPM) salientou a necessidade de existência de leis de fundo que condicionem estes dois níveis de administração contemplados nas propostas do seu partido.

Intervieram ainda José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE), Pedro Vasconcelos (CDS) e Sousa Tavares (Reformadores), que apontou a necessidade de serem realmente introduzidas alterações na lei.

Após a aprovação por maioria com a abstenção dos deputados do PS, PCP, MDP/CDE e UDP, foi também aprovado um requerimento apresentado pelo PSD para constituição de uma comissão «ad-hoc» que discutirá agora as propostas apresentadas na especialidade e deverá consultar os órgãos da Região Autónoma dos Açores.

CDS está a preparar proposta de «lei-quadro de habitação»

Na discussão do pedido de ratificação apresentado pelo PS e PCP do decreto-lei n.º 387/79, de 19 de Setembro, que aprova o regime jurídico do contrato de arrendamento urbano («rendas de casa»), interveio, em primeiro lugar, por engano do presidente, Leo-

nardo Ribeiro de Almeida, o deputado do CDS Anacoreta Correia.

Segundo referiu, o DL-387/79 não possui condições para atingir os fins que o legislador se propõe. Nesse sentido, o CDS está a preparar e brevemente fará a apresentação à Câmara de uma proposta de «lei-quadro da habitação».

«Pretendemos com esta iniciativa legislativa — acrescentou — definir os contornos do que deva ser uma política nacional de habitação eficaz, global, dinâmica e promotora de maior e melhor justiça e bem-estar social. A filosofia desse projecto assenta no pressuposto de que cada família tem direito a uma «habitação de dimensão adequada em condições de higiene e conforto que preserve a intimidade pes-

da tribuna às expectativas que se criaram, um pouco por toda a parte, à volta das suas posições tomadas ou a tomar na conjuntura nacional.

«Os Reformadores — afirmou — têm os seus próprios objectivos. São contra a Lei Eleitoral, pugnam por novo ordenamento legal dessa matéria e esperam da Assembleia uma actividade legislativa que permita a preparação da evolução do regime democrático.

«No entanto — acrescentou — um volumoso processo de ratificação de decretos, prática desta Assembleia desde 1978, mas agravada nesta legislatura quer por aspectos quantitativos, quer por aspectos processuais e políticos, veio prejudicar, esperamos que transitoriamente, o trabalho potencialmente positivo e inovador dos deputados».

e o PS para aprovação dos estatutos das Regiões Autónomas. O deputado reformador recordou que o seu grupo pertence à «maioria», mas não à AD, e salientou que a obra legislativa da maioria se encontra «estagnada» no Parlamento pelo «processo das ratificações».

Medeiros Ferreira apontou ainda, lamentando-o, o facto de estarem «paralisadas instituições de concertação nacional como o Conselho Nacional do Plano e a Comissão de Rendimentos e Preços».

Respeito de todos por José Magro

Momento significativo da longa sessão de ontem foi a homenagem prestada pela Câmara à memória de José Magro, de certo modo concretizada, no minuto de silêncio proposto pelo presidente em exercício António Arnaut e a que se associaram todos os deputados.

Dias Lourenço traçou o perfil de José Magro como antifascista exemplar e coerente, apesar das ameaças e perseguições da PIDE. O seu exemplo de dignidade foi também testemunhado por Salgado Zenha (PS), Mário Tomé (UDP) e José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE).

A homenagem associaram-se também Maria José Sampaio (CDS), Sousa Tavares (Reformadores), Ferreira do Amaral (PPM) e Amândio de Azevedo (PSD) e ainda a mesa.

PS acusa o Governo de «calar para Governar»

António Cabecinha (PSD) acusou o PCP de tentar aproveitar para si a liderança da luta dos trabalhadores cuja «estratégia hoje em dia, em muitos pontos é semelhante à vivida entre o 11 de Março e 25 de Novembro». João Cravinho (PS) acusou o Governo de pretender «calar para governar». O PS ficou surpreendido com a declaração em situação económica difícil de três empresas sem que exista realmente motivação para tal.

Intervieram ainda Maria Adelaide Peiva (PSD), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), que recordou a figura do padre Abel Vázlm, Rui Pena (CDS) e Sousa Tavares (reformadores), que lamentaram os naufrágios ultimamente ocorridos e destacaram a necessidade de serem criadas as condições que permitam evitar as perdas de vidas e homens.

Sousa Tavares (Reformadores) defendeu que a revisão das rendas de casa só deveria ser feita após um debate nacional e depois de estabelecido um plano de ordenamento do território nacional, para que as câmaras estejam aptas a elaborar planos de urbanização.

Luís Catarino (MDP/CDE) defendeu que cabe ao Estado definir uma integrada política habitacional em que seja privilegiada a autoconstrução e as cooperativas e avisou dos perigos que representa confiar-se, como pretendem os deputados da AD, a iniciativa privada à resolução do problema habitacional.

Medeiros Ferreira defendeu um entendimento entre o PSD

RENDAS DE CASA CONTINUARÃO CONGELADAS

A hora que encerramos os nossos serviços, embora ainda não tenha sido realizada a votação, já todos os partidos com assento na Assembleia da República tinham declarado que votariam contra a ratificação do decreto sobre as rendas de casa. Significa isto que aquelas não serão alteradas e que o problema será motivo de um debate em que serão ouvidas todas as partes interessadas, designadamente os legítimos representantes dos inquilinos e proprietários.

soal e a privacidade familiar», tal como está consignado no art.º 85.º da Constituição.

PS e PCP acusam o Governo de não ter política de habitação

Perante as desculpas da Mesa, o PS pediu, apesar do adiantado da hora, a possibilidade de usarem da palavra antes do previsto intervalo os partidos que apresentaram o pedido de ratificação.

João Amaral (PCP) acusou o decreto-lei de «monstruosidade» e o actual Governo de ainda não ter feito nada nos domínios da habitação.

Sousa Gomes (PS) criticou também o decreto que desvirtuou os estudos técnicos realizados e afirmou concretamente que este Governo, «infelizmente, não tem uma verdadeira política de habitação nem uma política de rendas».

Medeiros Ferreira critica subtilmente Freitas do Amaral

No período de antes da ordem do dia, Dinis Miranda (PCP) recordou a «luta heróica do proletariado rural do Sul contra a exploração e a opressão» e o deputado Reformador Medeiros Ferreira respondeu

E mais adiante, antes de afirmar a sua solidariedade política com a maioria de que os reformadores fazem parte, Medeiros Ferreira referiu: «Fiel, muito mais do que isso, vitalmente interessado na defesa do mundo ocidental e atlântico, Portugal não pode, porém, alienar a sua capacidade de julgamento sereno das situações e muito menos perder a sua liberdade de acção externa, liberdade de acção externa conseguida entre 1976 e 1979, embora nem sempre essa liberdade tenha sido utilizada com rigor e em toda a sua extensão na defesa dos interesses nacionais e das nossas mais importantes solidariedades internacionais. Mas simplificar em extremo a nossa política externa, e dimensioná-la à escala de outros pequenos países, seria reduzir o nosso papel no Mundo e inutilizar inexplicavelmente os esforços delicados e patrióticos empreendidos pelo presidente da República nesse sentido. Estou convencido de que a inteligência e a sensibilidade dos responsáveis governamentais se imporão aos estereótipos da conjuntura. Só assim estaremos em condições de terminar com a teoria dos interlocutores privilegiados tão nefasta para a soberania nacional».